



IESM — 2014

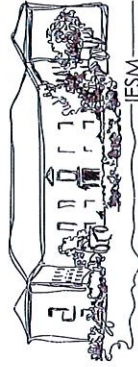
# Estudos de Homer ABEL CABRAL C

A homenagem a grandes vultos da cultura e da ciência, através da criação de prémios e da publicação de livros é uma prática corrente nas instituições de ensino superior. Neste quadro, a publicação dos estudos de homenagem ao Tenente-General Abel Cabral Couto pretende constituir-se como a manifestação do reconhecimento a um importante vulto da cultura militar portuguesa, e também como a possibilidade de recolher numa única obra estudos e textos relacionados com a Estratégia realizados por autores de reconhecida competência mas, acima de tudo, como uma forma de institucionalização do respeito e admiração que o Tenente-General Abel Cabral Couto merece.

Editorial : cisdi@iesm.pt

Telefone : 213025250/1 213002151

Morada : Rua de Pedro uços—1449-027 Lisboa



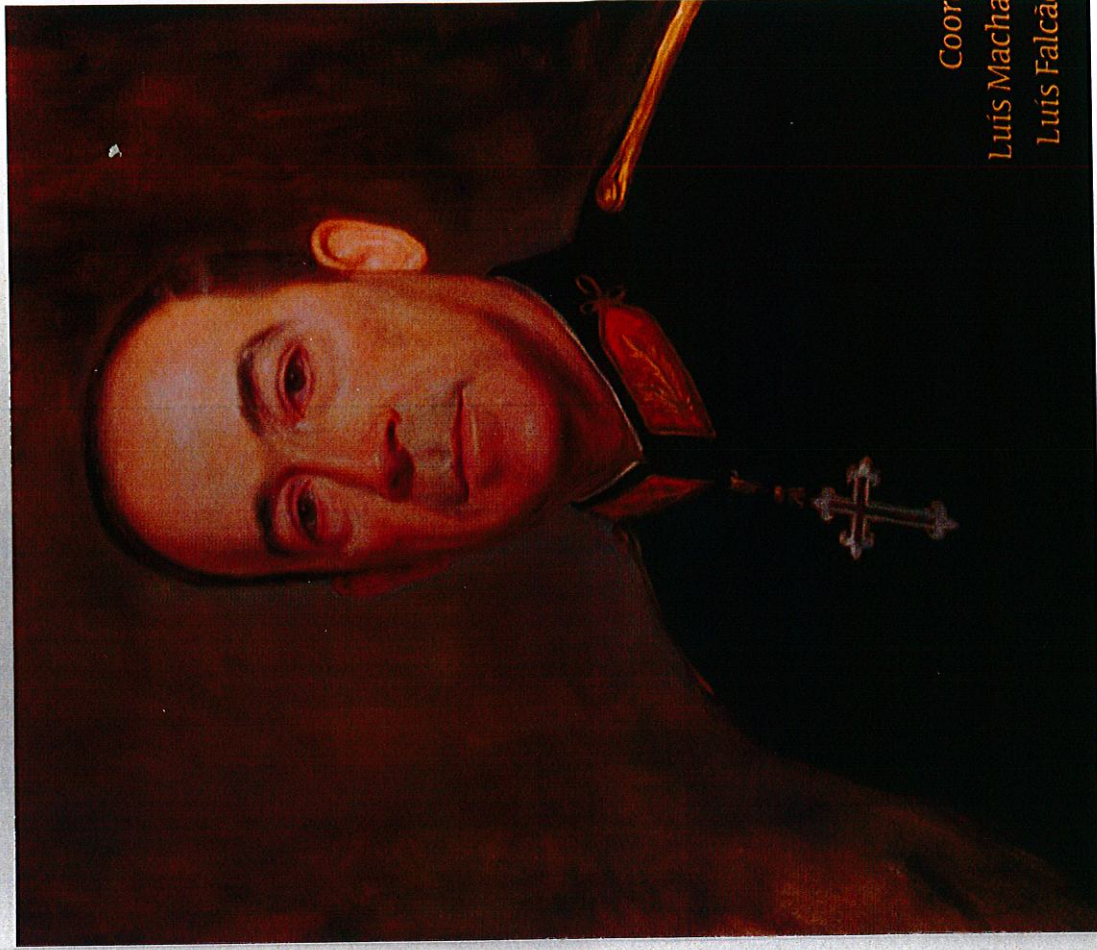
Capa

Composição gráfica

Tenente-Coronel TINF Rui José da Silva Grilo  
sobre pintura de

Tenente-General Luís Miguel da Costa Alcide d'Oliveira

## Estudos de Homenagem a Abel Cabral Couto



Coor

Luís Macha

Luís Falcão

## ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO	vii
PRÓLOGO	1
PARTE I – DA VIDA E OBRA DO HOMENAGEADO E DAS ESCOLAS DE PENSAMENTO	17
Vida e obra do General Abel Cabral Couto <i>João Vieira Borges</i>	
Da escola anglo-saxónica de pensamento estratégico: pragmatismo e ênfase nos objetivos <i>Luís Carlos Falcão Escorrega</i>	37
A «Estratégia Nacional de Defesa» e o pensamento estratégico contemporâneo do Brasil <i>António Paulo Duarte</i>	53
O “edifício estratégico” da China: conceptualização, articulação e objetivos <i>Alexandre Carriço</i>	79
PARTE II – DO ÂMBITO DA ESTRATÉGIA E DOS SEUS PRINCIPAIS REFERENTES	109
Política e Estratégia <i>José Loureiro dos Santos</i>	115
Guerra e Estratégia <i>António Barrento</i>	123
O “caso Clausewitz”: repensando a essência política da guerra <i>Viriato Soromenho-Marques</i>	133
História e Estratégia <i>Carlos Dias Afonso</i>	159
A Estratégia e as relações civis-militares <i>Luís Valença Pinto</i>	173
Geopolítica e (Geo)Estratégia <i>Luís Tomé</i>	195
A Estratégia Integral e a Guerra Subversiva <i>António Horta Fernandes</i>	

### *Diretor*

Tenente-General Rui Xavier Matias

### *Editor-chefe*

Major-General Jorge Filipe Marques Moniz Côrte-Real Andrade

### *Coordenador Editorial*

Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos

### *Núcleo Editorial e Design Gráfico*

Tenente-Coronel Manuel Joaquim Moreno Ratão  
Tenente-Coronel Rui José da Silva Grilo

### *Propriedade*

Instituto de Estudos Superiores Militares  
Rua de Pedrouços, 1449-027 Lisboa  
Tel.: 213 002 100  
E-mail: cisdi@iesm.pt  
Fax.: 213 002 179  
www.iesm.pt/cisdi/publicacoes

### *Composição*

Fronteira do Caos Editores  
Rua Diogo Cão, 1242 r/c Esq  
4200-259 Porto  
Tel.: 225 205 005  
E-mail: fronteiradocaos@netcabo.pt  
www.frenteiradocaoseditores.pt

### *Impressão*

Manuel Barbosa & Filhos, Lda.

ISBN 978-989-99171-3-2  
Depósito Legal 385 556/14  
Tiragem 500 exemplares

Estratégia, Operações e Tática <i>Miguel Freire</i>	219
A Guerra e a Estratégia revisitadas <i>Francisco Proença Garcia</i>	237
A Segurança: uma aproximação concetual <i>Luís Barroso</i>	253
Segurança Nacional, Estratégia e Informações <i>Rui Vieira</i>	273
Liderança e Estratégia: as Guerras Púnicas (265-146 a.C.) <i>Nuno Lemos Pires</i>	293
Subsídios para uma análise cratológica <i>Adalberto Centenico</i> <i>Jaime Ferreira da Silva</i>	313

### PARTE III – DA APLICAÇÃO DA ESTRATÉGIA E DO SEU

#### CONTEXTO

O Conceito Estratégico Nacional <i>Adriano Moreira</i>	335
O Planeamento Estratégico em Portugal: as flutuações do querer e do saber <i>Freire Nogueira</i>	341
Reflexões sobre o conceito estratégico nacional e sua implementação <i>Vítor Rodrigues Viana</i>	367
A Estratégia de Portugal face aos conflitos militares internacionais <i>Abílio Pires Lousada</i>	385
Estratégia Contemporânea <i>António Luís Beja Eugénio</i>	417
O ensino da Estratégia na Universidade <i>Carlos Mendes Dias</i>	455
O Rapto do Eliseu <i>Carlos Gaspar</i>	477

#### DOS AUTORES

491

## Geopolítica e (Geo)Estratégia

Luís Tomé

### Nota prévia

É uma honra e um privilégio poder participar nesta obra coletiva, desde logo, porque homenageia o Tenente-General Abel Cabral Couto. Não cabe aqui apresentar ou dissertar sobre o seu extraordinário percurso, as suas inquestionáveis qualidades profissionais e humanas ou os seus muitos e lúcidos ensinamentos, aliás, bem conhecidos e reconhecidos. De qualquer modo, nunca é demais sublinhar a invulgar cultura de rigor e excelência do TGen. Abel Cabral Couto e o vasto e profundo contributo da sua Obra e das suas reflexões para o verdadeiro progresso científico da “Estratégia” (e não só) no nosso país (e não só). Militar e Académico, General e Professor, ultrapassa largamente as fronteiras de diversos “mundos” tantas vezes desligados e articula com impressionante naturalidade o conhecimento, a reflexão, o discurso e a intervenção.

Somos decerto muitos a reverenciá-lo como um autêntico Mestre, mas permitam-me que acrescente aqui uma nota muito pessoal para exprimir ao TGen. Abel Cabral Couto o meu agradecimento e até uma certa vaidade por me permitir tê-lo como exemplo e também como Amigo desde que nos conhecemos pessoalmente há cerca de vinte anos. Ainda agora, as suas amizades e disponibilidade foram novamente atestadas pela estimulante troca de impressões a propósito da elaboração do ensaio que se segue.

Uma palavra também para o IESM por organizar e publicar este oportuno livro, não só pelo tributo que todos devemos ao TGen. Abel Cabral Couto como, igualmente, pela obra de referência que resulta desta iniciativa.

### Introdução

Se a “estratégia” é o conceito-chave que preside à conceção deste livro, a “geopolítica” é o objeto de análise central deste texto. Desde o aparecimento do



termo, na passagem do século XIX para o século XX, que se discute o conceito e o significado da geopolítica, bem como o seu cunho científico e a demarcação face a termos e áreas afins, da geografia política à estratégia. A questão é que a dinâmica semântica e o uso indiscriminado do termo tendem a descaracterizar a “geopolítica” e, portanto, a acirrar a confusão e os tradicionais debates entre os conceitos e campos da geopolítica e, designadamente, da geoestratégia.

Este texto pretende contribuir para essa reflexão/discussão, visando problematizar e analisar a relação entre a geopolítica e a (geo)estratégia. Uma vez que a noção de “estratégia” se baseia nos ensinamentos do TGen. Abel Cabral Couto enquanto epistemólogo e teorizador da Estratégia, incide-se aqui na noção e na evolução da “geopolítica” para justificar um conceito operacional. A partir daqui, tentaremos perceber se é mais ampla a geopolítica ou a geoestratégia e se, porventura, alguma delas incorpora a outra.

Pela natureza específica deste livro, visando o duplo objetivo de homenagear Abel Cabral Couto e contributo didático, além de obras e autores de referência, o texto situa certas reflexões à luz do pensamento do TGen. Abel Cabral Couto, para o que também contribuiu uma prolongada e estimulante conversa com o próprio visando direta e positivamente aqueles debates e a elaboração deste texto.

## 1. A Geopolítica – breve evolução

Todas as concepções têm a sua história e as suas motivações, como acontece com a “geopolítica” visando, sumariamente, compreender a interação entre geografia e política. Por outro lado, a reflexão geopolítica surgiu muito antes do termo começar a ser utilizado: afinal, como constata Defarges (1994: 11), «o homem é um ser no espaço e no tempo (estando estas duas “dimensões” em interação constante)». Por conseguinte, muitos foram aqueles que, ao longo da História, e de forma muito diversa, refletiram sobre a importância da geografia no comportamento humano, na organização das sociedades e nas interações políticas das comunidades e entre comunidades, bem como sobre geografia e poder, política e estratégia. São os chamados “precursores da geopolítica” ou “pré-geopolíticos” – de Heródoto, Tucídides, Confúcius, Sun-tzu, Aristóteles, Eratóstenes, Políbio, Estrabão, Plínio, Ptolomeu a Maquiavel, Jean Bodin, Montesquieu, Napoleão, Marx, Clausewitz, Humboldt, Ritter ou Réclus, entre muitos, muitos outros (ver, p. ex., Almeida, 1990; Chaliand, 1990; Chauprade, 2003; Claval, 2006; Couteau-Bégarie, 2003; Correia, 2010; Dias, 2005; Flint, 2006; Lorot, 1995; Lorot e Thual, 2002; Painter e Jeffrey, 2009; ou Nogueira, 2011).

A “consciência geográfica” surge, pois, como fundamento, consciente ou não, das relações sociais e políticas: identifica e define um determinado espaço, local ou região, entendido como uma área confinada onde um conjunto de atores reside e interage mais entre si. É a partir do “espaço” que se cria também um determinado “teatro de operações”, o ambiente mais imediato e/ou mais distante e que mais diretamente afeta as visões e condutas de indivíduos, sociedades e decisores políticos – pelo que as interações (positivas e negativas) com os vizinhos próximos são tradicional e genericamente mais intensas por não existirem os constrangimentos da “tirania da distância”. Similarmente, a geografia influencia o potencial, as ideias, as políticas e as interações, tal como as percepções, as agendas, as prioridades ou as estratégias derivam muito de circunstâncias geográficas básicas. Daí o impacto das respetivas posições, configurações e dimensões geográficas, bem como das fronteiras, das condições climáticas, dos “acidentes geográficos”, dos recursos ou das populações que lhes estão subjacentes, em toda a sua diversidade e complexidade. Essa consciência geográfica é bem evidenciada, por exemplo, na conhecida expressão “a Política dos Estados está na sua Geografia” de Napoleão.

Este tipo de reflexões e preocupações esteve presente em sucessivos relatos, estudos e comportamentos políticos, contribuindo para o desenvolvimento das ciências geográficas (ver, p.ex. Claval, 2006, Painter e Jeffrey, 2009 e Nogueira, 2011: 30-43) e também das diversas disciplinas em que se foi especializando a busca de conhecimento sobre o comportamento humano, social e político, incluindo aqui a Estratégia e a Ciência Política. A par destas, no século XIX assiste-se à expansão da Geografia e das Escolas e Sociedades de Geografia (incluindo a de Lisboa, criada em 1875), o que conduziu à autonomização da “Geografia Humana” e, depois, da “Geografia Política”.

Foi neste contexto que surgiram obras habitualmente já referenciadas no “pensamento geopolítico” como as do francês Elisée Reclus (“A Terra”, 1869; “A Nova Geografia Universal”, 1872; “O Homem e a Terra”, 1895), do americano Alfred Thayer Mahan (“The Influence of Sea Power upon History”, 1890 e “The Interest of America in Sea Power, Present and Future”, 1897) ou do germânico Friedrich Ratzel (“Antropogeografia”, 1882-1891; “Geografia Política”, 1897; “Espaço Vital”, 1901). A paternidade do termo “geopolítica” é, todavia, atribuída ao sueco Rudolph Kjellen que o empregou pela primeira vez no final do século XIX. Fruto inevitável da época em que viveu/surgiu – incluindo um “mundo eurocêntrico”, a proeminência do Estado e dos Impérios ou a unificação e ascensão da Alemanha – Kjellen e a “geopolítica” nos seus primórdios sublinhavam o que James Fairgrive chamou de “o mundo que conta”: «Até ao fim do século XIX, os maiores blocos de Poder eram associações de impérios baseados

na Europa. O coração do Poder mundial residia numa área comprimida – o território mediterrâneo e europeu influenciado pelo mar. Durante mais de três mil anos os núcleos desse Poder foram pontos ou áreas como a Mesopotâmia, o Nilo, a Pérsia Ocidental, a Hélada, Cartago, Roma, Bizâncio, Bagdad, Espanha, Portugal, França, Inglaterra e Alemanha.» (cit. in Martins, 1996: 28).

Esta concepção era também influenciada pela convicção de que seria possível encontrar para os comportamentos sociais e políticos leis que os explicassem e regessem como as leis da física e da química em relação aos fenómenos naturais. Aqui radicam, precisamente, muitas das teorias chamadas “deterministas” na geopolítica: em síntese, “espaço é poder e gera poder”. Este determinismo é bem evidente no pensamento dos referidos F. Ratzel (com a sua articulação dos conceitos de “Espaço”, “Posição”, “Sentido de Espaço” e “Espaço Vital” e as suas “Teoria dos Espaços” e “Leis do crescimento territorial do Estado”) e R. Kjellen (com a sua concepção organicista do Estado, considerado a mais importante de todas as formas de vida), bem como de vários outros daquela que viria a ser a “Escola Geopolítica Alemã” e da revista *Zeitschrift für Geopolitik* (ou *Revista de Geopolítica*, criada em 1924), com destaque para Karl Haushofer que desenvolveu a noção de “espaço vital” e avançou, por exemplo, com as concepções de “Pan-Regiões” e “Estados-Directores” ou a tese da hegemonia mundial alemã com base numa oportunista política de eixos.

Mas mesmo então, dentro do pensamento geopolítico, muitos outros criticavam esse determinismo ao qual contrapunham o livre arbítrio nas opções humanas e políticas ante a geografia. Vidal de la Blache, por exemplo, foi o iniciador de uma corrente em França que, no fim do século XIX e início do século XX, contestou veementemente as teorias deterministas, desenvolvendo antes o “possibilismo” que pode ser sumariado na ideia de que a geografia não determina mas simplesmente oferece uma gama de possibilidades entre as quais o Homem livremente escolhe – exemplificado por um rio que tanto pode constituir uma fronteira e motivo de conflito como uma via de comunicação e fator de coesão. Ao mesmo tempo, também nos Estados Unidos e na Inglaterra evoluiu o pensamento geopolítico distinto daquele determinismo germânico, como corporizaram particularmente as obras de Alfred Mahan (advogando a superioridade do “poder marítimo” e, logo, o imperativo do domínio dos oceanos, em particular, pelos EUA) e Halford J. Mackinder (mentor de concepções geopolíticas fundamentais como “pivot geográfico da História”, “Heartland”, “Ilha Mundial” ou “Midland Ocean”). Mais tarde, embora com teses diferenciadas, muitos outros pensadores e escolas também haveriam de contestar o “determinismo geográfico”, incluindo o historiador britânico Arnold J. Toynbee

(“desafio-resposta”), o espanhol Vicens Vives (“estímulos e tendências”) ou o casal Sprout (“behaviourismo cognitivo”).

Entretanto, a I Guerra Mundial impulsionaria o desenvolvimento de áreas como a Estratégia e a Ciência Política, bem como o aparecimento da disciplina de Relações Internacionais. E catalisou, igualmente, os estudos geopolíticos, designadamente na Alemanha (com a criação da “Escola Geopolítica de Munique”), em França (pelos seguidores de La Blache, como Lucien Febvre), em Inglaterra (sobretudo, depois da publicação, em 1919, de “*Democratic Ideals and Reality*” de H. J. Mackinder) mas também nos EUA, Espanha, Itália, Japão ou União Soviética (aqui, opondo ao “determinismo geográfico reacionário” outro determinismo, o materialismo histórico). Esta expansão de áreas afins fomentou o progresso científico e a especialização, mas contribuiu também para aumentar a ambiguidade entre conceitos e nos respetivos objetos de estudo; para diluir as fronteiras entre ciências, práticas de poder e ideologias; e para reforçar as perspetivas restritas “nacionais” de muitas teorias e explicações. Além disso, o progresso tecnológico relevou a importância de um novo “espaço”, pelo que se antes os debates geopolíticos se centravam na dicotomia poder terrestre – poder marítimo, passaram agora a somar-se também as teorias associadas ao “poder aéreo” e aos “poderes conjugados”, tudo favorecendo a dinâmica semântica da geopolítica e a associação à Estratégia. Isto ajuda a explicar, por exemplo, a inclusão no “pensamento geopolítico” do período entre-guerras de obras como “*Theories Stratégiques*” (1927) do francês Raoul Castex e as suas teorizações de “posição geobloqueante” e “perturbador continental” ou “*O domínio do Ar*” (1921) e “*Aspectos prováveis da guerra futura*” (1928) do italiano Giulio Douhet.

Já em plena II Guerra Mundial, apesar dos múltiplos impactos do conflito e do consequente peso das visões “estratégicas” (como exemplifica “*Victory through Air Power*” de Alexander de Seversky, em 1940), seriam publicadas obras de referência geopolítica, designadamente, “*The round world and the winning peace*” (1943) onde H. J. Mackinder redefine as suas teses; “*America’s strategy in world politics*” (1942) e “*The geography of peace*” (1943) de Nicholas J. Spykman, teorizador da concepção de “rimland” para controlo do “hearthland”; ou “*Espana. Geopolítica del Estado e del Imperio*” (1940) de Vicens Vives.

Contudo, porque ficou associada às políticas da Alemanha Nazi na sua campanha de expansão e agressão, a geopolítica seria desacreditada enquanto ciência (ou anatemizada “ciência maldita”) e como uma noção tabu, banida da Academia na Europa e nos EUA e mesmo proibida na URSS. Só muito gradualmente a geopolítica seria depois recuperada, em plena Guerra Fria, designadamente nos *think tanks* e academias (civis e militares) de reflexão estratégica e política externa e nas áreas científicas dos Estudos Estratégicos e das Relações

Internacionais. Para essa recuperação do “pensamento geopolítico” muito contribuíram, por um lado, determinados “pensadores políticos” americanos (como os influentes Dean Acheson, George Kennan, John Foster Dulles, Henry Kissinger ou Zbigniew Brzezinski) e, por outro, certos “geopolíticos espontâneos” (de Truman, Staline, Mao Zedong, Yoshida, Eisenhower ou Kennedy a De Gaulle, Brejnev, Nixon, Brandt, Deng Xiaoping, Andropov, Regan ou Thatcher). Em ambos os casos, não se tratava de devolver à geopolítica o estatuto de ciência ou de a erigir a disciplina no âmbito de uma área científica mais vasta mas, sobretudo, como prática de intervenção e ação nos “jogos de poder” na política internacional num mundo conflitual, frequentemente ligado à *realpolitik*.

Paralelamente, desenvolveram-se áreas como os Estudos Estratégicos, a Polemologia, os Estudos de Segurança ou as Relações Internacionais, proliferando igualmente as análises e teorias associadas ao armamento nuclear e a novos espaços de disputa como o Ártico ou o espaço extra-atmosférico, tal como as teses que explicavam as ocorrências e os conflitos locais e regionais à luz da disputa hegemónica entre as duas superpotências. Inevitavelmente, de tudo isto resultou um grande dinamismo semântico dos conceitos envolvidos, incluindo a Geopolítica, frequentemente referenciada ou como ciência dos conflitos ao nível global e em espaços mais ou menos vastos ou como sinónimo de “Grande Política Internacional” aumentando, assim, a confluência da Geopolítica com a (Geo)Estratégia e as Relações Internacionais.

Evidentemente, os estudos geopolíticos nunca foram interrompidos – ainda que alguns não assumissem essa designação e outros fossem essencialmente “geoestratégicos” – incluindo as obras, entre muitos outros, do russo naturalizado americano Alexander de Seversky (“*Air Power: Key to Survival*”, 1950), conhecido pela valorização do poder aéreo e do Ártico na disputa entre os EUA e a URSS; do espanhol Vicens Vives (“*Tratado General de Geopolítica*”, 1950), cultor da “geohistória” apontando as “sociedades culturais” como os grandes atores da História e propondo os conceitos de “núcleo geohistórico” e “*ecumene estatal*”; do brasileiro Josué de Castro (“*A Geopolítica da Fome*”, 1955); do francês Pierre Célèrier (“*Géopolitique et Géostratégie*”, 1955/1969) com a sua tese das “zonas oceánicas”; ou do americano Saul (ou Samuel) Bernard Cohen com a sua “*Geography and Politics in a Divided World*” (1963/1974/1980). Facto é que o “pensamento geopolítico” em período de Guerra Fria não só não eliminou a ambiguidade em torno da “geopolítica” como acentuou o seu dinamismo semântico, com muitos dos estudos e abordagens a contribuírem para a associação a outros conceitos e para a confusão conceptual.

Ao mesmo tempo, todavia, essa dinâmica semântica contribuiu não apenas para a recuperação da geopolítica (como disciplina, prática e discurso) mas

também para a sua popularidade. Com efeito, essencialmente desde os anos 1980, o termo “geopolítica” passou a ser usado com bastante frequência – embora com diferentes significados – por diplomatas, políticos, académicos, militares, analistas e jornalistas. Esta nova popularidade da geopolítica, na explicação de Ó Tuathail (2006: 1-2), resulta de três fatores essenciais: primeiro, o termo é muitas vezes associado às questões de poder e de conflito na política mundial, o que atrai sempre mais atenção; segundo, parece explicar coisas complexas de forma simples, isto é, transforma a opacidade dos jogos de poder nas relações internacionais num quadro aparentemente claro, criando esquemas para interpretação de ocorrências e dando-lhes sentido – justifica, por exemplo, como é que um acontecimento num determinado local pode ser relacionado com um processo muito mais vasto à escala global; terceiro, porque aponta a evolução mundial numa determinada direção futura, muitas vezes numa espécie de discurso profético.

A conjugação entre ambiguidade e popularidade da geopolítica levou muitos a invocarem novos conteúdos e métodos na sua reconceptualização. Além disso, as profundas mutações operadas desde o fim da bipolarização política mundial – a par da transformação da estrutura de poder, da expansão da agenda de segurança, de novos quadros referenciais para a convivência e a conflitualidade, da aceleração das interdependências reduzindo os “espaços” regionais e global ou a valorização de novos espaços como o cibernético – provocaram uma nova vaga de reflexões geopolíticas, de que constituem meros exemplos “*The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*” de Samuel Huntington (1996), “*Géopolitique du Chaos*” de Ignatio Ramonet (1997), “*Guns, Germs, and Steel: The Fates of Human Societies*” de Jared Diamond (1997), “*La Géographie Culturelle*” de Paul Claval (2003), o nosso “*Novo Recorte Geopolítico Mundial*” (Tomé, 2004), “*O Salto do Tigre – Geopolítica Aplicada*” de Marques Bessa e Mendes Dias (2007), “*The Shape of the World to Come: Charting the Geopolitics of a New Century*” de Cohen-Tanugi e Holoch (2008), “*Asia, America, and the Transformation of Geopolitics*” de William H. Overholt (2008), “*Geopolitics: The Geography of International Relations*” de Saul Bernard Cohen (2008), “*The Geopolitics of Emotion: How Cultures of Fear, Humiliation, and Hope are Reshaping the World*” de Dominique Moisi (2009), “*Geo-Politics of the Euro-Asia Energy Nexus*” de Tekin e Williams (2010), “*The New Geopolitics of Transatlantic Relations: Coordinated Responses to Common Dangers*” de Stefan Frölich (2012) ou “*The Revenge of Geography: What the Map Tells Us About Coming Conflicts and the Battle Against Fate*” de Robert Kaplan (2012). Por imperativos de sistematização, salientamos aqui apenas quatro das abordagens mais recentes e inovadoras, duas americanas – a “Anti-Geopolítica” e a “Geopolítica

Crítica” – e duas portuguesas, a “Nova Geopolítica” e o “Método Geopolítico Alargado”.

A “*Anti-Geopolítica*” releva os fenómenos de resistência que podem ser caracterizados como a “geopolítica a partir de baixo” uma vez que emanam de posições subalternas nas sociedades, articulando duas formas de luta contra-hegemónicas: por um lado, contesta o “poder geopolítico material” (económico e militar) dos Estados e das instituições globais e, por outro, desafia as “representações” impostas pelas elites políticas (Routledge, 2006: 233). Engloba também múltiplas formas de resistência – desde os discursos de dissidentes intelectuais até à insurreição armada, passando pelo terrorismo ou por táticas de agitação social – e envolve “resistências” que visam objetivos e práticas completamente díspares, das lutas anticoloniais à contestação da globalização económica, a reivindicação de direitos sociais, a *jihad* contra os infieis, etc. Ao abranger todas as formas de resistência, a “anti-geopolítica” inclui também as resistências às várias formas de dominação exercidas pelas suas hierarquias e que ocorrem dentro das próprias organizações de resistência (ibid.: 234). Por tudo isto, os editores de *The Geopolitics Reader* colocam no capítulo da “Anti-Geopolítica” textos tão distintos no seu conteúdo e de autores tão distantes no seu pensamento como Edward Said, Frantz Fanon, George Konrad, Sub-Comandante Marcos, Osama Bin Laden, Gilbert Achcar, Jennifer Hyndman e Arundhati Roy (ver Ó Tuathail et al., 2006: 249-284).

Por seu turno, a “*Geopolítica Crítica*” rejeita a visão convencional esta-to-cêntrica e releva o papel das culturas nas diferentes formas de perceber e construir o mundo, assumindo que o discurso não é um instrumento neutralmente descritivo da realidade mas que envolve também o reconhecimento e a constituição dessa realidade. (Ó Tuathail, 2006: 5). Em segundo lugar, entende que o estudo da geopolítica deve contemplar o caldo cultural donde resultam certas perceções e discursos, introduzindo assim as noções de “cultura geopolítica” e de “interpretação cultural”. Das culturas geopolíticas emergem as “imaginações geopolíticas” (elaboradas sobre como os Estados se comportam culturalmente no mundo) e ainda as “tradições geopolíticas”, isto é, escolas particulares de pensamento sobre a política externa e de segurança de um Estado, com variações também dentro de cada Estado. Desta forma, a geopolítica crítica distingue três tipos de discursos geopolíticos: a geopolítica “formal”, respeitante a teorias e visões elaboradas pelos intelectuais nas Universidades, Academias Militares ou *think tanks*; a geopolítica “prática”, envolvendo narrativas usadas pelos dirigentes políticos no exercício prático da política externa e de segurança; e a geopolítica “popular” ou “informal”, concernente a narrativas que encontram expressão na cultura popular, no seu cinema, revistas e literatura,

sendo que esta promove comunhões geopolíticas entre a classe política e o povo. Em terceiro lugar, a “geopolítica crítica” procura a contextualização dos discursos geopolíticos nas redes de poder internas do Estado, no pressuposto que as conceções convencionais de geopolítica também «são o reflexo das estruturas sociais de poder dentro dos Estados e de como estas afetam o próprio discurso geopolítico» (ibid.: 9).

Embora tanto a “Anti-Geopolítica” como a “Geopolítica Crítica” tenham surgido como resposta e contraposição à linha de pensamento predominante que tendia a associar a geopolítica à perspetiva realista das Relações Internacionais e dos Estudos de Segurança, nomeadamente, pelo peso de influentes “políticos pensadores” como Kissinger ou Brzezinski, são apelidadas de “*Geopolítica à deriva*” por Pezarat Correia que as considera «expressão fiel desta atual tendência da escola norte-americana para o conceito abrangente da geopolítica» (2008: 24).

Pezarat Correia (2002, 2008 e 2010) propõe, então, a “Nova Geopolítica”, por oposição ao que denomina “geopolítica clássica”: «na geopolítica clássica é o espaço que é visto como um instrumento da hegemonia e do exercício do poder, enquanto com a nova geopolítica se pretende que seja o poder o instrumento da gestão e preservação do espaço» (2010: 246). Sugere, por isso «uma recolocação do poder, já não como objetivo em si, mas como instrumento da gestão do espaço, para viabilizar uma vida melhor no planeta Terra, corrigindo as distorções que estão na base de muita da conflitualidade» (ibid.: 291). Consequentemente, Pezarat Correia avança uma nova agenda para a geopolítica, salientando três dimensões: a “ecopolítica”, tratando-se «de uma análise do poder ao serviço da geografia predominantemente física»; a “demopolítica”, isto é, «a área da análise da gestão do poder ao serviço da geografia humana»; e a “geoeconomia” entendida como «a política orientada para intervir na resolução de problemas espaciais associados à economia, gestão de recursos, de fluxos, de resposta equilibrada às necessidades humanas» (ibid.: 248). Na edição de 2010 do seu “Manual de Geopolítica e Geoestratégia”, Pezarat Correia admite ainda que poderá vir a desenvolver-se uma quarta dimensão da nova geopolítica, baseada na “biopolítica” uma vez que «a vida do indivíduo enquanto ser biológico e do seu conjunto enquanto vida biológica têm sido objeto central das preocupações do poder» (ibid.: 249).

Reconhecendo a pertinência e o contributo de Pezarat Correia com a sua “Nova Geopolítica” impõem-se, porém, duas reflexões. A primeira é que as dimensões propostas são há muito referenciadas na geopolítica, incluindo por autores da tal “geopolítica clássica”, praticamente desde a sua emergência como domínio científico autónomo. O próprio “pai” do neologismo, R. Kjellen, por



social como o clã, a tribo e etnia: «se as “forças profundas” podem ser analisadas do ponto de vista da sua influência no poder e portanto, na política, não parece descabido que a influência da Geografia possa ser objecto dum estudo autónomo... assim nasce um novo enquadramento para a Geopolítica que, seguindo o seu método próprio, não pode deixar de articular com os outros saberes que viabilizam uma cabal compreensão das “forças profundas” – entre as quais ela fica, assim, incluída» (ibid.: 482-483).

## 2. Um conceito operacional de Geopolítica

Ao longo do tempo, têm sido propostas inúmeras e diferenciadas definições de geopolítica. O sueco Rudolph Kjellen, primeiro a empregar o neologismo no final do Século XIX, assumiu a geopolítica como «o estudo do Estado considerado como um organismo geográfico, ou ainda como um fenómeno espacial, isto é, como uma terra, um território, um espaço, ou melhor ainda, um país» (cit. in Defarges, 1994: 39). Décadas mais tarde, o brasileiro Josué de Castro (1955: 19), considerava-a «uma disciplina científica que busca estabelecer as correlações existentes entre os fatores geográficos e os fenómenos de categoria política a fim de demonstrar que as diretrizes políticas não têm sentido fora dos quadros geográficos, isto é, destacados da realidade e das contingências do meio natural e do meio cultural... o que chamamos Geopolítica não é uma arte de ação política na luta entre os Estados, nem tampouco uma fórmula mágica de prever a História... é apenas um método de interpretação da dinâmica dos fenómenos políticos em sua realidade espacial, com as suas raízes mergulhadas no solo ambiente».

Por seu lado, o americano Saul Bernard Cohen (2008: 4) entende que «a essência da análise geopolítica é a relação entre o poder político internacional e o meio geográfico» e que a análise geopolítica tem dois vetores fundamentais, o da descrição dos ambientes ou suportes geográficos na sua relação com o Poder Político e o da elaboração de padrões territoriais que abrangiam unidades de Poder em interação (Cohen, 1974 e 2008). Esta conceção parece partilhada por pensadores franceses como Raymond Aron ou Pierre Gallois: para o primeiro, «o espaço pode ser considerado, à vez, como meio, teatro e objecto de disputa da política internacional... É na medida em que o espaço planetário pode ser concebido como o quadro esquemático da política internacional que a geopolítica oferece uma perspectiva original e fascinante sobre a história diplomática... O geopolítico vê no meio geográfico o terreno do jogo diplomático e militar... A Geopolítica combina uma esquematização geográfica das relações

exemplo, para analisar o “Estado total”, considerava cinco dimensões, «manifestações desiguais de uma única vida – cinco elementos da mesma força, cinco dedos de uma mão que trabalham na paz e combatem na guerra» (cit. in Almeida, 1990: 113), sustentando que cada uma delas deveria merecer um estudo próprio e apropriado: a Etnopolítica ou Demopolítica para os estudos relacionados com a demografia, população e cultura; a Sociopolítica para os estudos incidindo sobre os fatores sociais, a composição e estrutura social; a Cratopolítica, visando o sistema integrador de interesses e as instituições e formas de exercício do poder; a Ecolítica, englobando o património natural e a riqueza disponível ou poder; a Ecopolítica, englobando o património natural e a riqueza disponível ou poder; e de que a comunidade poderia dispor; e a Geopolítica (considerada por Kjellen o centro de gravidade do sistema por ser o elemento integrador de todas as dimensões do Estado), estudos referentes aos fatores geográficos, nomeadamente, o território e à sua relação com a vida e o modo de ser e a evolução do Estado (ver, p.ex., Almeida, 1990: 113; Correia, 2010: 137-139; e Dias, 2005: 78-79). De resto, as preocupações da “nova geopolítica” são, de uma forma ou de outra, direta ou indiretamente, referências habituais numa série de perspetivas de outros domínios científicos relacionados – da geografia humana e da economia à sociologia e às relações internacionais –, bem como de muitos autores “clássicos”, desde os chamados “precursores” da geopolítica (de Hipócrates a Réclus) até autênticos geopolíticos como Josué de Castro ou Yves Lacoste, entre muitos outros.

A segunda reflexão é que, mais do que uma reconceptualização da geopolítica, a “nova geopolítica” é uma abordagem que aponta, essencialmente, para aquilo que deve ser uma agenda considerada positiva ou benéfica para a atuação no domínio da segurança e da paz propondo, enfim, aquilo para que se deve utilizar o poder, inserindo-se claramente na linha da chamada “cultura da paz”. Seja como for, o próprio Pezarat Correia (2010: 244) assume que a nova geopolítica é ainda uma abordagem «em evolução, em relação à qual dispomos de indícios mas não, de forma alguma, de teorias elaboradas. A nova geopolítica é, por enquanto, apenas ainda um esboço».

Outro militar e académico português, Freire Nogueira, propõe o que denomina de “Método Geopolítico Alargado”, entendendo que «a haver uma geopolítica renovada, ela ou será um trabalho integrado e integrador de vários ramos do conhecimento para além da geografia física e humana ou terá, muito simplesmente, um interesse reduzido, já que as explicações que pode oferecer para os factos que pretende analisar, serão muito limitadas» (Nogueira, 2011: 21). Em síntese, o “método geopolítico alargado” articula a análise da interação entre a geografia e as outras “forças profundas”, nestas se incluindo a História, o “Temperamento”, a Língua, a Religião e as formas infranacionais de organização

diplomático-estratégicas com uma análise geográfico-económica dos recursos, com uma interpretação das atitudes diplomáticas em função do modo de vida e do meio» (Aron, 1975: 188-197), enquanto para P. Gallois a geopolítica é «o estudo das relações que existem entre a condução de uma política de potência levada ao plano internacional e o quadro geográfico em que se exerce» (1990: 37). Não é estranho, por isso, que Geraoid Ó Tuathail (2006: 1) infira que «o entendimento convencional é que a geopolítica é o discurso sobre o mundo político, com particular ênfase na competição entre Estados e na dimensão geográfica do poder».

Todavia, para outro francês, Yves Lacoste, «os problemas geopolíticos não se põem apenas ao nível das relações inter Estados, mas também no quadro de cada Estado. Eles são, com evidência, particularmente graves nos Estados que agrupam diversas nacionalidades ou etnias mais ou menos rivais... Mas os Estados cuja unidade política e cultural é relativamente forte apresentam, eles também, problemas geopolíticos internos, por exemplo, os da regionalização. A geografia eleitoral, isto é, a descrição e explicação da diferenciação espacial das tendências políticas, releva também de razões geopolíticas» (1986: 292).

Em Portugal, as definições mais referidas eram as do antigo Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM) que, por exemplo, em 1993, conceptualizava a geopolítica como o «estudo das constantes e das variáveis do espaço acessível ao homem que, ao objetivarem-se na construção de modelos de dinâmica de Poder, projeta o conhecimento geográfico no desenvolvimento e na atividade da Ciência Política» e, em 2000, a redefinia como «a procura de relacionamento entre tipos comuns de comportamentos políticos com as diversas áreas geográficas, e o estudo da influência da geografia no enunciado dos objetivos dos povos» (cit. in Dias, 2005: 60-61). Já para Carlos Mendes Dias a “essência da geopolítica” encontra-se na busca de resposta a duas questões fundamentais – como é que um dado espaço influencia a política de um grupo, Estado ou coligação?; e como é que a política de qualquer unidade política mais ou menos organizada, se pode servir da geografia para constituir uma teoria? –, podendo ser entendida a várias escalas (2005: 59). E apenas para citar outro trabalho nacional mais recente, Freire Nogueira define a geopolítica como «esse estudo autónomo que almeja, muito simplesmente, compreender de que forma a geografia influi no comportamento político das sociedades e dos Estados, ele próprio influenciado por um feixe de outros fatores» (2011: 130).

A realidade é que, como se comprova, o significado de “geopolítica” é bastante variável, prestando-se a distintas concepções, umas ligadas à descrição e explicação do Poder enquanto outras visando mais a praxis e a justificação do Poder, sempre com fundamentos geográficos. E são igualmente frequentes as “derivações semânticas”, como demonstra Pezarat Correia (2008 e 2010). Mas

independentemente das várias abordagens e definições, parece relativamente claro, conforme apontámos num outro trabalho (Tomé, 2010: 49-57), que a geopolítica, enquanto disciplina ou domínio científico autónomo, estuda as interações existentes entre a geografia e a política, espaço e poder, procurando entender o impacto das geografias (física e humana) nas relações e estruturas de poder e nos comportamentos políticos e compreender estes num determinado espaço; enquanto conceito, a geopolítica exprime a relação entre o espaço e a política, geografia e poder, bem como a estrutura de poder e as relações de poder ou entre poderes numa determinada área e em função de um dado espaço; e enquanto noção nas *Relações Internacionais*, no *Estudos de Segurança* e nos *Estudos Estratégicos*, a geopolítica é normalmente empregue para situar um espaço mais amplo de interações de poder e o poder num macro-espaço, referenciando o jogo e a estrutura de poder seja em virtualmente todo o espaço planetário seja num espaço delimitado como uma região. Portanto, espaço e poder, geografia e política, constituem a essência da geopolítica, em qualquer caso e sob qualquer perspetiva.

Por conseguinte, recuperamos aqui a definição outrora por nós proposta, então para analisar “A Geopolítica e o Complexo de Segurança na Ásia Oriental”: a geopolítica refere a política e as dinâmicas de poder – isto é, os discursos e as práticas relacionados com a aquisição e o uso do poder, o exercício do poder, as relações de poder e a estrutura de poder – em função de e num determinado espaço, tendo em conta os fundamentos e elementos geográficos aí presentes, seja ao nível mais local ou a uma escala mais ampla, como uma região ou o mundo no seu conjunto (Tomé, 2010: 55-56). Esta noção de geopolítica pretende ser aberta, inclusiva e suficientemente abrangente para ter sentido e utilidade operacional, tanto mais que o conceito de geopolítica tem de ser ligado à realidade actual e que o domínio específico da geopolítica tem de ser complementar ao de outras áreas científicas. É importante salientar, todavia, que rejeitamos qualquer determinismo ou linearidade causa-efeito entre geografia e política.

### 3. A relação entre a Geopolítica e a (Geo)Estratégia

Muitas das definições de “geopolítica” são apresentadas por contraponto a outros conceitos e disciplinas, nomeadamente a “geografia política” e a “geoestratégia” (ver, p.ex., Martins, 1996; Dias, 2005: 62-66; Correia, 2010: 101-113; ou Nogueira, 2011: 126-142). Mas tem razão François Martins ao afirmar que as distinções entre a Geopolítica e a Geoestratégia «são menos frequentemente objeto da atenção dos especialistas do que as entre Geografia Política e Geopolítica, talvez

porque, para muitos deles, a Geoestratégia será, ou Geopolítica, ou Estratégia» (1996: 34). Por isso, depois de sumariarmos a evolução da geopolítica e de apresentarmos uma noção operacional, importa aqui refletir sobre a relação entre a geopolítica e a (geo)estratégia.

É conhecida a referência de Pierre Célérier que, na sua *Géopolitique et Géostratégie* (1969) considerou a geoestratégia “a irmã mais nova da geopolítica”. No entanto, o termo “geoestratégia” surgiu antes do de Geopolítica, tendo sido utilizado pela primeira vez em 1846, num texto do general italiano Giacomo Durando (Correia, 2010: 111), na altura como mera extensão da geografia militar e área da estratégia que trata do condicionamento geográfico sobre a ação estratégica.

Assim, pode dizer-se que a geoestratégia resulta da “Estratégia”. Mas tal como referimos anteriormente a propósito da geopolítica, também os conceitos de estratégia e de geoestratégia são reflexo do dinamismo semântico. Para não irmos mais longe, basta recordar a evolução da definição de “Estratégia” apresentada por Abel Cabral Couto no espaço de duas décadas: em 1988/89, definia-a como «Ciência e arte de desenvolver e utilizar as forças morais e materiais de uma unidade política ou coligação, a fim de se atingirem objetivos políticos que suscitem, ou podem suscitar, a hostilidade de outra vontade política»; em 2002, como «Ciência e arte de, à luz dos fins de uma organização, estabelecer e hierarquizar objetivos e gerar, estruturas e utilizar recursos, tangíveis e intangíveis, a fim de se atingirem aqueles objetivos, num ambiente admitido como conflitual ou competitivo (ambiente agónico)»; e, a partir de 2008, sintetiza a Estratégia como «a ciência/arte da dialética de vontades, na consecução de objetivos num meio social complexo».

Alguns autores consideram não haver razão para autonomizar a “geoestratégia” da “estratégia” – como Lucien Poirier, ao afirmar que «o espaço é uma das categorias usuais do pensamento estratégico... dizer geoestratégia é tautológico» (cit. in Couteau-Bégarie, 2003: 17). Ainda assim, a grande maioria distingue entre Estratégia e Geoestratégia, sendo «os critérios mais utilizados, por um lado, a escala geográfica com que os estudos são feitos, em geral maior quanto à Estratégia, que estuda o teatro de operações com maior detalhe, focando por isso a sua atenção em espaços mais restritos do que aqueles que, em regra, interessam à Geoestratégia, e por outro, a forma predominante de encarar os acidentes geográficos, que o estratega tende a ver, sobretudo, como condicionantes, enquanto o geoestratega os coloca no centro das suas análises, valorizando-os principalmente em função do seu eventual papel como objetivos, ou como fatores de Poder» (Martins, 1996: 35).

O facto é que, independentemente da ordem cronológica, a palavra geoestratégia só ganhou relevância depois da geopolítica se ter afirmado e, inclusivamente, ocupado espaço próprio da geoestratégia, como reconhece Pezarat Correia (2010: 111).

A respeito da diferenciação entre Geopolítica e Geoestratégia, François Martins considera que «o critério mais comum é o de considerar que esta última tem a ver com os problemas estratégicos (situações de conflito e emprego de meios de coação) no âmbito da Geopolítica, entendendo-a como uma espécie de sector desta, com a qual o relacionamento de certa forma reproduziria o que existe entre Política e Estratégia» (1996: 34), sintetizando assim cada um dos conceitos: «enquanto a Geopolítica se preocupa com o que se relaciona com a geração e o exercício do Poder em geral, a Geoestratégia preocupa-se em especial com o que se refere ao exercício da Coação» (ibid.: 36). Este critério de distinção parece ter acolhimento entre vários autores nacionais. Pezarat Correia, por exemplo, no seu “Manual de Geopolítica e Geoestratégia”, afirma que «se vier a consolidar-se a emergência da nova geopolítica, despida de qualquer objetivo de justificação de poder, de hegemonia, de domínio, de condução de conflitos e orientada para a gestão do meio, do espaço, acentuar-se-á o esvaziamento da vocação polemológica da geopolítica, vocação que ficará, em exclusividade, no âmbito da geoestratégia, que é a sua área natural. E, assim, a distinção entre os dois conceitos tornar-se-á muito mais clara» (2010: 113), reafirmando depois que a nova geopolítica «distanciando-se da gestão da conflitualidade, deixa à geoestratégia o seu terreno específico e assume a sua própria autonomia» (ibid.: 240). Por seu turno, Freire Nogueira considera que «se a estratégia tem sempre uma dimensão conflitual, essa dimensão é também inerente à geoestratégia que pode assim ser facilmente distinguida da geopolítica, onde essa dimensão não está, necessariamente, presente», acrescentando «a existência ou não de uma relação conflitual é também uma forma prática de distinguir os espaços geopolíticos dos espaços geoestratégicos, já que estes nem sempre coincidem» (2011: 135). Também para Abel Cabral Couto (2014) a distinção entre geopolítica e geoestratégia passa pela dimensão conflitual da segunda, sendo que a diferença fundamental estará, no fundo, na “intenção” com que se observa, planeia e executa – existindo uma predisposição ou uma perceção conflitual, entra-se no domínio da geoestratégia.

A realidade é que a sobreposição, ou associação, entre a geopolítica e a geoestratégia é óbvia e profunda, como revela Pierre Célérier na sua *Géopolitique et Géostratégie* considerando que a geoestratégia, ao estudar a relação entre os problemas estratégicos e os fatores geográficos, se debruça, essencialmente, sobre os mesmos fatores que desempenham um papel em geopolítica (1969: 16-17)



ou que «a geografia aplicada aos mesmos domínios que lhes dizem respeito (a política e a estratégia) chamamos geopolítica e geoestratégia» (ibid.: 5). Na mesma linha, François Martins constata que «pela sua natureza e na elaboração das suas análises, a Geopolítica e a Geoestratégia constituem metodologias para interpretação das situações políticas, segundo uma orientação realista, particularmente vocacionadas para aplicação nas relações internacionais, embora também aplicáveis a determinados aspetos das políticas internas. Ambas utilizam uma visão macroscópica, elaborando sínteses e modelos globalizantes, que integram vários níveis de análise correspondendo a diferentes escalas cartográficas (nacional ou local; subsistemas regionais; sistema mundial). Centram as suas atenções no que diz respeito à geração, emprego e conquista do Poder, procurando perceber, relacionando-os entre si, os grandes condicionamentos à ação política, bem como aconselhar os decisores na formulação de objetivos (ambas incluem preocupações prospetivas, assim como fortes tendências para o pragmatismo)» (1996: 35-36). Outro exemplo dessa íntima associação é expressa por Mendes Dias que, ao refletir sobre a “essência da geopolítica”, afirma que a geopolítica «auxilia a Política na definição dos seus objetivos e contribui para o método estratégico, designadamente na construção de cenários credíveis e sustentáveis» (2005: 59), acrescentando depois «a geoestratégia relaciona-se com a geopolítica na medida em que recorre aos mesmos dados ou a uma mesma base de trabalho geográfico. No entanto, enquanto utiliza-os para apoio da Política, esta usa-os em apoio da Estratégia... por outro lado, a geopolítica entra na esfera da geoestratégia, como no caso da conceção de cenários de evolução que possam implicar ou materializar conflitos» (ibid.: 64). E também Freire Nogueira assume que, «em ambiente agónico, a geopolítica tende a identificar-se com a geoestratégia quando a quase totalidade da atividade política se centra no conflito e, portanto, na estratégia» (2011: 135).

Além dos fundamentos geográficos, a sobreposição entre as áreas da geopolítica e da geoestratégia resulta, em larga medida, da reflexão sobre o Poder inerente a ambas. O “poder” pode ser entendido, genericamente, como a capacidade para impor/influenciar ideias, condutas e comportamentos e também a capacidade para resistir à imposição ou até à influência. Efetivamente, embora se reconheça que “poder” é distinto de “influência” (o primeiro associado à imposição e à possibilidade de coação, enquanto a segunda está mais ligada à atração e à persuasão), a operacionalidade da geopolítica e da geoestratégia incluem a capacidade de influência ou de resistência à influência na noção genérica de “poder”. Além disso, o “poder” é também aqui assumido nas suas várias formas e manifestações, do político ao ideológico, passando pelo económico, o militar, o cultural ou o científico-tecnológico, enfim, do *hard power* ao *soft power*

– conceção, aliás, discutida e partilhada igualmente pelo TGen. Cabral Couto (2014). Esta abordagem do poder é útil porque não é unidimensional nem monocausal, ou seja, pode servir múltiplos e distintos objetivos, políticos e estratégicos. Mais: as várias fontes, formas e instrumentos de poder interagem entre si tal como interagem os vários atores e agentes de poder, relacionando-se numa intrincada e complexa rede de poderes e contrapoderes, noção básica que é indispensável para a compreensão e a teorização da geopolítica e da geoestratégia à luz da realidade. Afinal, como nos referiu Cabral Couto (2014), «a ideia de uma narrativa idealista que domina muitos discursos do “politicamente correto” e que não tem relação com a realidade é que é perigoso, pois não é pelo facto do cordeiro se declarar vegetariano que o lobo deixa de ser carnívoro...».

Além disso, a análise tanto geopolítica como geoestratégica envolve, pelo menos, dois níveis: o dos atores (estatais, infraestatais, transnacionais e supranacionais) e o sistémico – local, regional, ou mesmo mundial. Da soma das características geopolíticas e geoestratégicas de cada ator/unidade e das respetivas interações, bem como das características e interações regionais, resulta um determinado panorama geopolítico e geoestratégico sistémico que, por sua vez, também influencia e se reflete no comportamento dos atores, significando isto que a análise geopolítica e também a geoestratégica cruzam dois tipos de movimentos dinâmicos: horizontalmente, entre atores e, verticalmente, no sentido atores-sistema e vice-versa.

Mas, então, qual dos dois conceitos, “geopolítica” ou “geoestratégia”, é o mais amplo? E algum incorpora o outro? Aparentemente, se tivermos em conta que muitos dos estudos geopolíticos e muitas disciplinas de geopolítica são integrados em cursos e áreas de “Estratégia” (em particular, nas academias militares) e, por outro lado, análises como a de Saul B. Cohen que in “*Geography and Politics in a Divided World*” dividiu o mundo em duas grandes “regiões geoestratégicas” incorporando nelas “regiões geopolíticas”, então a resposta seria que a geoestratégia é mais ampla do que a geopolítica e até se sobrepeõe a esta.

Todavia, o facto de certos cursos e áreas do saber incluírem ou apelarem a outras disciplinas não significa, obviamente, que os primeiros sejam necessariamente mais vastos que as segundas – caso contrário, teríamos um impasse nesta discussão em razão de vários cursos de Geopolítica e outros integrarem disciplinas de estratégia e geoestratégia; ou pressupor, por exemplo, que ao incluírem sempre disciplinas como o Direito, a Ciência Política ou a História, os cursos e a área de Relações Internacionais se sobrepeem àquelas, o que não é verdade. Com efeito, uma coisa é a interdisciplinaridade e a complementaridade (e, por vezes, até mesmo a sobreposição de objetos e objetivos de estudo) de



saberes para maior conhecimento e progresso científico e outra é a proeminência ou mesmo o “canibalismo” de uma disciplina/área por outra. O mesmo tipo de “impasse” e de erro poderia ser feito se, por contraponto a Cohen, dividíssemos o mundo em macrorregiões geopolíticas que integrassem “sub-regiões geoestratégicas”...

Por outro lado, e sobretudo, se considerarmos que, no essencial, a (geo)estratégia prossegue e concorre para objetivos (geo)políticos, então a geopolítica é por inerência mais ampla do que a geoestratégia. Com efeito, a Geoestratégia está para a Geopolítica como a Estratégia está para a Política. E não há (geo)estratégia sem (geo)política. Idealmente, também não deveria haver (geo)política sem (geo)estratégia. Mas o facto é que há. Como refere Abel Cabral Couto (2014), «*toda a decisão política implica uma estratégia ou tem consequências estratégicas*», concretizando esta ideia com um exemplo: «*Portugal tem uma política na União Europeia mas não parece ter uma estratégia*».

### Considerações finais

Ao longo do tempo, tanto a geopolítica como a geoestratégia foram alvo de dinamismo semântico, prestando-se ainda hoje a ambiguidades e controvérsias na sua conceptualização. Ainda assim, uma vez que a *geopolítica* refere a *política* e as *dinâmicas de poder* – isto é, os discursos e as práticas relacionados com a *aquisição e o uso do poder, o exercício do poder, as relações de poder e a estrutura de poder* – em função de e num determinado espaço, tendo em conta os fundamentos e elementos geográficos aí presentes, seja ao nível mais local ou a uma escala mais ampla, como uma região ou o mundo no seu conjunto, na nossa definição propositadamente ampla, abrangente e inclusiva, a geopolítica tende a ser mais vasta do que a “geoestratégia” e também do que a “geoeconomia”. A geoestratégia relaciona, fundamentalmente, geografia e estratégia, referindo-se às modalidades de estabelecimento, hierarquização e prossecução de objetivos políticos, gerando e utilizando recursos e capacidades, num ambiente admitido como competitivo e conflitual, em função de e num determinado espaço com atores interatuantes. Por seu lado, a *geoeconomia*, relacionando geografia e economia, referencia os mecanismos, preferências e modalidades de produção, trocas e intercâmbios e as capacidades, vulnerabilidades e dinâmicas económicas-comerciais, bem como as dependências e interdependências, positivas ou negativas, em função de e num determinado espaço com atores interatuantes. Ou seja, se a geopolítica incide sobre as relações entre o *homo politicus* e o

espaço, a geoestratégia envolve as relações entre o *homo strategicus* e o espaço enquanto a *geoeconomia* contempla as relações entre o *homo economicus* e o espaço. E à semelhança da geopolítica, tanto a perspetiva geoestratégica como a *geoeconómica* contemplam os dois níveis – atores e espaço – e os dois movimentos interatuantes, horizontal e vertical.

Os debates em torno da “geopolítica” e da “geoestratégia” prosseguirão, mas parece claro que são conceitos autónomos, embora profundamente interligados e com vastas áreas de sobreposição entre si. Essa equação *autonomia vs sobreposição* não significa, todavia, que a geopolítica e a geoestratégia sejam disciplinas concorrentes. São, antes, complementares por inerência, uma auxiliando e contribuindo para as análises mais completas da outra no entendimento e na explicação da realidade política tendo em conta o “espaço” e fundamentos geográficos, estando ambas também associadas a outros saberes e disciplinas, da Geografia às Relações Internacionais, passando pela Ciência Política ou a Estratégia. E constatando-se que não há (geo)estratégia sem (geo)política, a realidade aconselha que também não deveria haver ou ser concebida uma (geo)política sem (geo)estratégia...

### Referências Bibliográficas

- Almeida, Políbio Valente de, 1990. *Do Poder do Pequeno Estado*. Lisboa: ISCSP-Instituto de Relações Internacionais.
- Aron, Raymond, 1975. *Paix et Guerre entre les Nations*. 7ª edição. Paris: Calman-Levy.
- Bessa, António Marques e Dias, Carlos Mendes, 2007. *O Salto do Tigre – Geopolítica Aplicada*. Lisboa: Prefácio.
- Castro, Josué de, 1961. *Geopolítica da Fome*. 6ª edição. S. Paulo-Brasil. Editora Brasileira.
- Célénier, Pierre, 1969. *Geopolitique et Geostratégie*. 3ª edição. Paris: PUF, collection «Que sais-je?».
- Chaliand, Gérard, 1990. *Anthologie Mondiale de la Stratégie. Des Origines au Nucleaire*. Paris: Ed. Robert Laffont.
- Chauprade, Aymeric, 2003. *Géopolitique. Constants et changements dans l'histoire*. Paris: Ellipses.
- Chautard, Sophie, 2006. *L'Indispensable de la géopolitique*. Levallois-Perret, Studyrama.

- Claval, Paul, 1996. *Géopolitique et Géostratégie – La pensée politique, l'espace et le territoire au XX siècle*. 2 ed. Paris: Nathan.
- Claval, Paul, 2003. *La Géographie Culturelle*. Paris: Armand Colin.
- Claval, Paul, 2006. *História de Geografia*. Lisboa: Edições 70.
- Cohen, Saul Bernard, 1974 (1ª ed. 1963). *Geography and Politics in a Divided World*. 2- edition. Oxford University Press.
- Cohen, Saul Bernard, 2008. *Geopolitics: The Geography of International Relations*. 2ª edição. Lanham, MD-USA: Rowman & Littlefield Publishers.
- Cohen-Tanugi, Laurent e Holoch Jr., George, 2008. *The Shape of the World to Come: Charting the Geopolitics of a New Century*. Columbia University Press.
- Correia, Pedro de Pizarat, 2008. "Derivações Semânticas da Geopolítica" in *Geopolítica* Nº 2, 13-42.
- Correia, Pedro de Pizarat, 2010 (1ª ed. 2002). *Manual de Geopolítica e Geoestratégia – Volume 1: Conceitos, Teorias e Doutrinas*. Coimbra: CES e Almedina.
- Couteau-Bégarie, Hervé de, 2003. *Traité de Stratégie*. Paris: Economica.
- Couto, Abel Cabral, 1988 e 1989. *Elementos de Estratégia: apontamentos para um curso*. Vols 1 e 2. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM).
- Couto, Abel Cabral, 2002. "Da Importância de uma Teoria" in ABREU, Francisco, *Fundamentos de Estratégia Militar e Empresarial: obter superioridade em contextos conflituais e competitivos*, Lisboa: Edições Sílabo.
- Couto, Abel Cabral, 2004. "Prefácio à Edição Portuguesa – O Homem e a Obra" in André Beaufre, *Introdução à Estratégia*. Lisboa: Ed. Sílabo.
- Couto, Abel Cabral Couto, 2014. *Geopolítica e Estratégia*. Entrevistado por Luis Tomé, Lisboa, 11 Jun. 2014.
- Defarges, Philippe Moreau, 1994. *Introduction à la Géopolitique*. Paris: Ed. du Seuil.
- Diamond, Jared (1997). *Guns, Germs, and Steel: The Fates of Human Societies*. New York: W. W. Norton.
- Dias, Carlos Mendes, 2005. *Geopolítica: teorização clássica e ensinamentos*. Lisboa: Prefácio.
- Fernandes, José Pedro Teixeira, 2002. "Da Geopolítica Clássica à Geopolítica à Geopolítica pós-moderna: entre a ruptura e a continuidade" in *Política Internacional* 26, 161-166.
- Flint, Colin, 2006. *Introduction to Geopolitics: Tensions, Conflicts and Resolutions*. Routledge.
- Frölich, Stefan (2012). *The New Geopolitics of Transatlantic Relations: Coordinated Responses to Common Dangers*. Johns Hopkins University Press.
- Gallois, Pierre, 1990. *Géopolitique, les vies de la puissance*. Paris: PLON.
- Huntington, Samuel P., 1996. *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. New York: Simon & Schuster.
- Kaplan, Robert D. (2012). *The Revenge of Geography: What the Map Tells Us About Coming Conflicts and the Battle Against Fate*. Random House.
- Lacoste, Yves, 1986. «Géographie et Géopolitique» in Frank Auriac e Roger Bruner, Roger (coord.), *Espaces jeux et enjeux*. Paris: Fayard.
- Lacoste, Yves, 1993. *Dictionnaire de Géopolitique*. Paris: Flammarion.
- Lorot, Pascal, 1995. *Histoire de la Géopolitique*. Paris: Economica.
- Lorot, Pascal e Thual, François, 2002. *La Géopolitique*. Paris: Montchrestien.
- Martins, Raúl François, 1996. "Geopolítica e geoestratégia: o que são e para que servem" in *Nação e Defesa* nº 78, 21-78.
- Moisi, Dominique, 2009. *The Geopolitics of Emotion: How Cultures of Fear, Humiliation, and Hope are Reshaping the World*. Doubleday.
- Nogueira, José Manuel Freire, 2011. *O Método Geopolítico Alargado. Persistências e Contingências em Portugal e no Mundo*. Lisboa: IESM.
- Ó Tuathail, Gearóid; Dalby, Simon; e Routledge, Paul (Eds.), 2006. *The Geopolitics Reader*. 2nd Edition. London and New York: Routledge.
- Overholt, William H., 2008. *Asia, America, and the Transformation of Geopolitics*. New York: Cambridge University Press.
- Painter, Joe e Jeffrey, Alex, 2009. *Political Geography*. 2- edition. Sage Publications Ltd.
- Ramonet, Ignacio, 1997. *Géopolitique du Chaos*. Paris: Ed. Gallée.
- Routledge, Paul, 2006. "Introduction to Parte Five – Anti-Geopolitics" in Gearóid Ó Tuathail et al. (eds.), *The Geopolitics Reader*. 2nd Edition. London [et al.]: 233-248.
- Tekin, A. e Williams, P. A., 2010. *Geo-Politics of the Euro-Asia Energy Nexus: The European Union, Russia and Turkey* (New Security Challenges). Palgrave Macmillan.
- Tomé, Luis, 2004. *Novo Recorte Geopolítico Mundial*. Lisboa: EdiUAL e Quid Juris.
- Tomé, Luis, 2010. *A Geopolítica e o Complexo de Segurança na Ásia Oriental: Questões Teóricas e Conceptuais*. Tese de Doutoramento em Relações Internacionais. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Versão

pré-revista disponível no repositório da Biblioteca da Universidade de  
Coimbra, url: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/14031/1/A%20geopol%C3%ADtica%20e%20o%20complexo%20de%20seguran%C3%A7a%20na%20%C3%81sia.pdf>.